

51 de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, GERMANO VALENÇA
52 MONTEIRO JÚNIOR da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR, JOCELY
53 MARIA THOMAZONI LOYOLA da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR,
54 CELSO AUGUSTO BITTENCOURT do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, UDO
55 BUBLITZ da EMATER, CELIO PINTO DE CARVALHO da Prefeitura Municipal de
56 Lunardelli, EDUARDO FELGA GOBBI da Universidade Federal do Paraná – UFPR,
57 LEO DE FREITAS do GARI, ODAIR CESHIN da Federação das Indústrias do
58 Paraná - FIEP e GUNTOLF VAN KAICK da OCEPAR; e dos convidados ALFREDO
59 BRAZ DA COSTA ALEMÃO da EMATER, ENÉAS SOUZA MACHADO, BEATRIZ
60 PAOLA, OLGA R. R. POLATTI, GUSTAVO FERNANDO SCHMIDT, CARLA
61 MITTELSTAEDT e EMÍLIO TREVISAN da SUDERHSA, MAURI CEZAR BARBOSA
62 PEREIRA, CARMEM TEREZINHA LEAL, LETÍCIA MARQUES E ROSANA MARIA
63 BARA CASTELLA da SEMA, NICOLÁS LOPARDO, PEDRO LUIS FRANCO E
64 ERIVELTO SILVEIRA da SANEPAR, LEOCIR MARCOS SCOPEL da TRACTEBEL
65 ENERGIA, LUIZ FERNANDO DE ARRUDA GONÇALVES e MARTHA REGINA VON
66 BORSTEL SUGAI da COPEL, PAULO FERNANDO SOARES, SUELI TRAIN e
67 PAULO SÉRGIO LOURENÇO DE FREITAS da Mesa Diretora do Pirapó,
68 Paranapanema 3 e 4, GILMAR SCHWANKA do Consórcio Cruzeiro do Sul, JOSÉ
69 LUIZ PINTO da SESA, ADEMAR CABECAS FILHO e NOEME MOREIRA DE
70 OLIVEIRA do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, BERNARDO PATRÍCIO NETTO
71 da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, INGRID
72 ILLICH MÜLLER do LACTEC e GABRIEL GINO ALMEIDA do IBAMA. O Presidente
73 do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES saudou os Conselheiros,
74 agradeceu a presença de todos, e a seguir fez a leitura da pauta do dia e mencionou
75 ter recebido duas inclusões de pauta, a saber: aprovação da Mesa Diretora
76 Provisória das Bacias do Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2; criação de grupo de
77 trabalho ou de Câmara Técnica de acompanhamento das ações do Conselho
78 Nacional de Recursos Hídricos. Colocou em votação a pauta do dia, o que foi
79 aprovada por unanimidade. Na seqüência, como **primeiro item de pauta –**
80 **verificação de quorum**, a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE
81 ROORDA, disse haver quorum, contando com a presença de 24 Conselheiros
82 titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente LINDSLEY DA SILVA
83 RASCA RODRIGUES passou ao **segundo item de pauta – leitura do expediente**,
84 que foi lido pela Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA. A seguir
85 passou ao **terceiro item de pauta - aprovação da ata da 4ª Reunião**
86 **Extraordinária do CERH/PR**. Em não havendo questionamentos, a mesma foi
87 colocada em votação e aprovada por unanimidade. Para o **quarto item de pauta –**
88 **aprovação do Comitê das Bacias do Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema**
89 **4**, o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES convidou para fazer a
90 solicitação de aprovação o Sr. PAULO FERNANDO SOARES, Presidente da Mesa
91 Diretora Provisória e Professor da Universidade Estadual de Maringá, que
92 apresentou a área de atuação do referido Comitê. A seguir referiu-se às reuniões
93 realizadas para se chegar à formatação que estava sendo proposta. Primeiramente
94 uma reunião da Mesa Diretora que definiu o nº de membros, bem como, o número de
95 vagas para o setor público, para os usuários de recursos hídricos e para a sociedade
96 civil organizada. Mencionou que a composição, que estava sendo trazida para a
97 Plenária do Conselho, foi amplamente discutida em três assembléias com cada um
98 dos segmentos. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
99 agradeceu a apresentação, parabenizou o Comitê, e enalteceu a forma como foi
100 conduzida a proposta de composição do mesmo. Comentou que o Estado estava

101 finalizando a implantação da mata ciliar do Rio Pirapó. Mencionou os Comitês da
102 França, que tiveram início em 1963, bem como os Comitês do Estado da Flórida, nos
103 Estados Unidos, e disse que, em passos lentos, estamos trilhando o caminho certo.
104 O Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL questionou o fato do suplente do
105 setor de hidroeletricidade não ter uma correspondência com o setor. O Sr. PAULO
106 FERNANDO SOARES explicou que as vagas de titulares e suplentes foram definidas
107 pelos setores usuários presentes, e que as reuniões tiveram ampla divulgação pela
108 imprensa falada, escrita e televisionada. Ao ser consultado um membro da CTIL pelo
109 Presidente, a Sra. MARTHA SUGAI disse entender que titular e suplente deveriam
110 ser do mesmo setor. O Conselheiro ANTÔNIO RICARDO LORENZON, da SEAB,
111 disse entender que a vaga era do setor de usuários de recursos hídricos e que a
112 escolha era uma deliberação interna do Comitê. Na seqüência o Presidente
113 LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES colocou em votação a aprovação do
114 Comitê, sendo o mesmo aprovado com uma abstenção do Conselheiro RAFAEL
115 FILIPPIN, que disse não se sentir à vontade de votar a matéria, por ter chegado no
116 meio da discussão. A seguir o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA
117 RODRIGUES passou ao **quinto item de pauta – aprovação de três delegados**
118 **para representar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos na III Conferência**
119 **Estadual do Meio Ambiente**, conforme previsto no Artigo 15 do Regulamento da
120 Conferência. Mencionou haver uma vaga para os representantes dos usuários de
121 recursos hídricos, uma vaga para os representantes da Sociedade Civil e uma vaga
122 para os representantes do Poder Público. Disse que a Conferência iria se realizar
123 nos dias 27, 28 e 29 de março, na Praia de Leste. Esclareceu que, a nível nacional, a
124 III Conferência tem uma posição política da não participação da Confederação
125 Nacional da Agricultura e da Confederação Nacional da Indústria, mas que, no
126 Paraná, estes segmentos se fizeram presentes. Mencionou que foram feitas treze
127 Conferências Regionais, e que o Paraná foi o único Estado do Brasil a realizar as
128 Conferências Regionais por Bacia Hidrográfica. Ao final ficou deliberado que
129 participariam o Conselheiro Rafael Filippin pela Sociedade Civil, o Conselheiro Odair
130 Ceschin pelos usuários de recursos hídricos e o Conselheiro José Baka Filho como
131 titular e o Conselheiro Alberto Baccarin como suplente pelo Poder Público. A seguir o
132 Presidente passou ao **sexto item de pauta – definição de três subprogramas**
133 **prioritários do Plano Nacional de Recursos Hídricos** constantes do anexo da
134 Resolução CNRH Nº 70. Atendendo a dúvidas dos Conselheiros, o Presidente
135 LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES esclareceu que se trata de definir o que
136 o Paraná entende como prioritário quanto à aplicação dos recursos oriundos da
137 cobrança pelo uso dos recursos hídricos pagos pelas usinas hidrelétricas, que está
138 vinculada à proposta orçamentária da Agência Nacional de Águas, encaminhada
139 anualmente pelo Poder Executivo Federal ao Congresso Nacional para aprovação. A
140 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu que em 2007 foram
141 encaminhados ao Conselho Nacional os três subprogramas, a saber: Planos de
142 recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso;
143 Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos; e
144 Despoluição de bacias hidrográficas, e que além destes subprogramas o Conselho
145 Nacional estabeleceu mais três subprogramas como prioritários, a saber:
146 Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
147 Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos;
148 e Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos
149 Hídricos. A Secretária Executiva questionou se além dos três subprogramas
150 considerados em 2007, os Conselheiros teriam outras prioridades a serem

151 discutidas. O Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL sugeriu dois
152 subprogramas: “Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de
153 Recursos Hídricos” e “Conservação de solos e água – manejo de microbacias no
154 meio rural”, este último também sugerido pelo Conselheiro PAULO MEIRA da SEAB.
155 O Conselheiro CELSO AUGUSTO BITTENCOURT do IAP sugeriu o subprograma
156 “Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano”. O
157 Conselheiro REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da ABES sugeriu o
158 subprograma “Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos
159 críticos”. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES solicitou que
160 cada Conselheiro votasse em três dos nove subprogramas propostos, sendo que ao
161 final da votação foram aprovados os três subprogramas prioritários, na seguinte
162 seqüência: “Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em
163 classes de uso”, com 21 votos, “Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos
164 no meio urbano”, com 17 votos, e “Despoluição de bacias hidrográficas”, com 12
165 votos. Mencionou que este último tema foi discutido recentemente em reunião da
166 ABEMA, quando se discutiu os investimentos do Plano de Aceleração do
167 Crescimento – PAC, principalmente quanto a assuntos afetos à regularização
168 fundiária. A seguir mencionou que a COPEL adotará a bacia hidrográfica na gestão
169 ambiental e na formulação de suas políticas ambientais e disse que era um fato a ser
170 louvado e que na semana da água fariam um ato para divulgar esta nova política. O
171 Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL ratificou o comentário do Presidente
172 a respeito da decisão da COPEL de fazer a gestão ambiental por bacia hidrográfica,
173 que foi um trabalho apresentado pela Superintendente de Meio Ambiente, Sra.
174 Marlene Zanin, e que foi acatado por toda a Diretoria. A Conselheira JOCELY MARIA
175 THOMAZONI LOYOLA da COHAPAR, reforçando a fala do Presidente do CERH/PR,
176 disse que a COHAPAR conseguiu recursos da ordem de 87 milhões de reais do PAC
177 para a despoluição do rio Irai, cujas obras devem iniciar em breve, tendo vinte e
178 quatro meses como prazo de execução. Disse que igualmente foram aportados
179 recursos para a Bacia do Rio Passaúna, onde a COHAPAR está relocando famílias
180 que estão em regiões de mananciais e trabalhando na despoluição da referida bacia.
181 A seguir o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES passou ao **sétimo**
182 **item de pauta – aprovação de moção referente à dominialidade do Mar**
183 **Territorial**, e convidou a Conselheira HELOÍSA BOT BORGES da PGE para fazer a
184 apresentação. A mesma mencionou que o tema havia sido objeto de uma
185 apresentação na reunião anterior, e que o caso foi distribuído à sua pessoa na CTIL,
186 onde foi decidido pela legalidade da proposta de Moção do Conselheiro Eduardo
187 Salamuni. Mencionou que se trata de Moção de apoio ao Projeto de Lei do Deputado
188 Gustavo Fruet, que propõe parâmetros de definição dos limites territoriais para fins
189 de divisão dos royalties recebidos pela exploração de recursos energéticos, petróleo
190 e outras fontes, para os Estados e Municípios, e que será dirigida à Comissão da
191 Amazônia e Integração Nacional do Desenvolvimento Regional, onde atualmente o
192 Projeto de Lei se encontra. Fez a leitura da Moção (**vide anexo 1**) e disse que os
193 critérios técnicos que foram adotados propõem dominialidade proporcional para
194 todos os Estados. Os critérios foram explicados pelo Conselheiro TADEU CAVA da
195 MINEROPAR, e constam do **anexo 2 da ata da 4ª Reunião Extraordinária**. O
196 Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES colocou em votação a
197 proposta de Moção, que foi aprovada por unanimidade. A seguir passou ao **oitavo**
198 **item de pauta – aprovação de ampliação das atribuições da Câmara Técnica de**
199 **Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CTPLAN**. A
200 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA explicou que esta proposta era

201 decorrente de uma solicitação da Conselheira Maria Arlete Rosa de instituição de
202 Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho para articulação do Plano Estadual de
203 Recursos Hídricos com o Plano Estadual de Saneamento, e também com os Planos
204 Diretores Municipais, solicitação esta que foi encaminhada à CTIL. O Presidente
205 LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES mencionou que foi encaminhado ofício
206 solicitando a todos os Prefeitos do Estado a elaboração de Planos Municipais de
207 recursos hídricos, a serem incorporados nos Planos Diretores Municipais. Mencionou
208 que é uma ação da SEMA, em conjunto com a Promotoria do Meio Ambiente do
209 Ministério Público. A seguir convidou para fazer uso da palavra o Sr. GABRIEL
210 GINO ALMEIDA, Assessor Jurídico da SUDERHSA e coordenador da Câmara
211 Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL à
212 época da discussão e elaboração do Parecer referente à ampliação das atribuições
213 do CTPLAN. O mesmo esclareceu que a Lei Estadual 12.726/99 estabelece que a
214 política estadual de recursos hídricos deve buscar a articulação da gestão de
215 recursos hídricos com os planejamentos nacionais, estaduais, regionais e de setores
216 de usuários, estabelecendo, portanto, que o Plano Estadual de Recursos Hídricos
217 deve ser executado e elaborado de modo integrado com os Planos Diretores
218 Municipais e o Plano Estadual de Saneamento. Disse que cabe ao Conselho propor
219 medidas que sejam necessárias para fazer a integração, e que cabe ao órgão gestor
220 de recursos hídricos a integração dos mesmos. Apresentou a proposta de
221 Resolução, que após sugestões de redação feitas pelos Conselheiros REINALDO
222 JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS da ABES, HELOÍSA BOT BORGES da PGE e
223 WILSON BLEY LIPSKI da SEDU, foi aprovada por unanimidade no final da reunião e
224 passou a vigorar com a redação constante da Resolução nº 54 CERH/PR (**anexo 2**
225 **da ata**). A seguir, o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES passou
226 ao **nono item de pauta – aprovação de Câmara Técnica de revisão da**
227 **composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**. A Secretária Executiva
228 MARIANNA SOPHIE ROORDA apresentou proposta de Resolução instituindo a
229 referida Câmara Técnica (**vide anexo 1**), que foi questionada pelo Conselheiro RAUL
230 MUNHOZ NETO da COPEL, não quanto ao mérito da proposta, mas entendendo que
231 a mesma deveria vir acompanhada de nota técnica e uma exposição de motivos
232 justificando essa revisão, o que levou o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA
233 RODRIGUES a retirar o item de pauta. Mencionou que a nível nacional está havendo
234 uma discussão no sentido que os Conselhos se abram para uma maior participação,
235 e que numa próxima reunião o tema voltaria a ser discutido, com a devida
236 justificativa. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental disse que era
237 exatamente o que gostaria de pontuar, porque no Conselho Nacional também se
238 discute esta questão, e que, portanto, seria oportuno estruturar melhor uma proposta
239 para ser novamente trazida ao Plenário de Conselho. O Presidente LINDSLEY DA
240 SILVA RASCA RODRIGUES passou ao **décimo item de pauta – aprovação de**
241 **minuta de Decreto referente ao mandato dos Conselheiros**, sendo que a
242 Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA explicou que, pelo Decreto atual, os
243 Conselheiros poderiam ter no máximo dois mandatos, o que significaria que a grande
244 maioria dos representantes das instituições públicas, dos usuários de recursos
245 hídricos e da sociedade civil não poderiam ser reconduzidos no próximo mandato do
246 Conselho. Disse entender que é prerrogativa de cada instituição ou segmento
247 nomear quem entender que deva estar representado no Conselho. O Conselheiro
248 RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental mencionou que teve contato com essa
249 proposta em reunião da CTIL. Disse que vivemos num regime republicano que tem
250 por princípio a variabilidade de representantes, possibilitando a renovação das

251 instituições e das instâncias de representação. Defendeu que as instituições do
252 Poder Público continuassem a ser indicados na medida do desejo do chefe do Poder
253 Executivo, em especial considerando-se uma reeleição de Governador, mas
254 defendeu a alternância de representação para os setores da sociedade civil e
255 usuários de recursos hídricos. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA
256 RODRIGUES considerou que a não possibilidade de renovação de mandato dos
257 representantes das instituições do poder executivo, assim como dos Municípios,
258 traria um prejuízo enorme do ponto de vista do conhecimento acumulado, até porque
259 muitos desses representantes são executores da política. O Conselheiro RAUL
260 MUNHOZ NETO da COPEL disse considerar que um Conselho é formado por
261 profissionais do mais alto nível, e que adquirem experiência pela sua existência,
262 competência e continuidade dos seus trabalhos. Portanto, defendeu a redação
263 apresentada, possibilitando a renovação de todos os segmentos. Mencionou ainda,
264 que no Conselho Nacional de Recursos Hídricos o mandato dos Conselheiros era de
265 três anos, questionando o mandato de dois anos no Conselho Estadual. O
266 Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental defendeu que ao se criar uma
267 nova regra, a mesma deva valer para o mandato seguinte, e não para o atual. O
268 Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES se referiu ao mandato da
269 Diretoria da ANAC, que não coincide com o mandato do poder executivo, e se referiu
270 aos constrangimentos causados por esse motivo. O Conselheiro RAUL MUNHOZ
271 NETO da COPEL disse manter a proposta de não se limitar o número de mandatos
272 de nenhum dos segmentos. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN novamente defendeu a
273 não limitação de mandatos apenas para os representantes do Poder Público
274 Estadual e dos Municípios. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
275 solicitou a colaboração de membro da CTIL para propor nova redação para a minuta
276 de Decreto. Ao final da reunião foi retomado este item, colocando para aprovação
277 que apenas as instituições do Poder Público, Estaduais e Municipais, não teriam
278 limitação de mandato, o que foi aprovado. A seguir passou ao **décimo primeiro item**
279 **de pauta – apresentação da CTIL referente aos critérios de outorga para**
280 **empreendimentos hidrelétricos e deliberação sobre a proposta de Resolução**
281 **encaminhada pela Liga Ambiental**, e convidou o Dr. GABRIEL GINO ALMEIDA
282 para fazer a apresentação. O mesmo esclareceu que foi feita uma análise da
283 proposta, que o Parecer CTIL nº02/2008 foi previamente encaminhado aos
284 Conselheiros, e, por se tratar de Parecer bastante extenso, iria fazer uma
285 apresentação apenas dos pontos controvertidos (**vide anexo 3**). Diante do exposto,
286 disse que a CTIL entendeu recomendar ao Conselho Estadual a não aprovação da
287 referida Resolução. Mencionou, ainda, que a CTIL entendeu oportuno o
288 encaminhamento de Moção ao Governo do Estado propondo uma melhor
289 estruturação do órgão gestor de recursos hídricos, que será apresentado no próximo
290 item de pauta. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN enfatizou o esforço do Sr. Gabriel
291 Gino Almeida na condução da discussão deste tema na CTIL e enfatizou o apreço
292 pelos colegas da Câmara Técnica, mas disse não concordar com o Parecer
293 apresentado e que gostaria de fazer considerações com relação ao procedimento e
294 com relação ao mérito do Parecer. Quanto ao procedimento, questionou que a
295 relatoria da matéria ficou sob responsabilidade da Engenheira Martha Sugai da
296 COPEL, sem assinatura de advogado da instituição assumindo responsabilidade
297 técnica pelo trabalho, sendo que o Estatuto da Advocacia estabelece que é
298 imprescindível que um trabalho jurídico seja assinado por profissional qualificado.
299 Quanto ao mérito, disse que uma regra constitucional não pode ser interpretada de
300 modo que o seu sentido seja limitado ou deturpado, lembrando que o art. 163 da

301 Constituição Estadual estabelece que “O Estado fomentará a implementação em seu
302 território de usinas hidrelétricas de pequeno porte para o atendimento do consumidor
303 local, respeitada a capacidade de suporte do ambiente”, artigo este fruto da
304 complicada instalação de Itaipu do ponto de vista social, econômico e histórico. Disse
305 entender que quando uma proposta é encaminhada para análise da CTIL e a mesma
306 é negada, ser essencial que se contraponha uma outra no lugar ao invés de
307 simplesmente defenestrá-la, e sugeriu que se trabalhasse na regulamentação do art.
308 163 da Constituição. Alegou também que no Parecer houve uma falta de observância
309 da Resolução nº 37 CNRH, de 26 de março de 2004, que estabelece diretrizes para
310 outorga de recursos hídricos para implantação de barragens em corpos d’água de
311 domínio dos Estados, Distrito Federal e da União, na qual a Liga Ambiental se
312 baseou para fazer a proposta em discussão, e que prevê a necessidade de planos de
313 recursos hídricos para grandes obras que alteram o regime hidrológico, bem como a
314 sua compatibilização com o desejo do Comitê de Bacia. Novamente solicitou que
315 esta matéria não fosse simplesmente rejeitada, mas que a CTIL produzisse uma
316 proposta alternativa. O Sr. GABRIEL GINO ALMEIDA argumentou que alguns
317 procedimentos foram estabelecidos na Câmara Técnica, e que a distribuição das
318 matérias entre os membros se faz por afinidade com o tema, e que na reunião
319 seguinte este membro apresentaria uma minuta de Parecer a ser analisada pela
320 CTIL. Explicou que uma vez aprovada a minuta, o coordenador emite Parecer, o que
321 foi feito no Parecer em questão, que contém o seu nome e número da OAB. O
322 Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES mencionou
323 que uma das condicionantes já definidas pelo Governo e pelo Instituto Ambiental do
324 Paraná, para a instalação da Usina Mauá, é o estudo de avaliação estratégica da
325 Bacia, a ser realizado pela EPE, e que ainda não foi apresentado. Questionou se a
326 matéria em discussão poderia retornar à CTIL para a apresentação de proposta
327 alternativa e conciliatória, conforme solicitado pelo Conselheiro Rafael Filippin. O Sr.
328 GABRIEL GINO ALMEIDA disse não se sentir a vontade para novamente trazer o
329 assunto para a CTIL, tendo em vista que ele não compõe mais esta Câmara Técnica.
330 A Conselheira HELOÍSA BOT BORGES, da PGE, esclareceu que o mérito da
331 proposta foi analisada, e que não cabe à CTIL, e sim ao proponente, propor
332 adequações a serem analisadas na Câmara Técnica. O Conselheiro RAUL MUNHOZ
333 NETO, da COPEL, destacou a competência da Sra. Martha Sugai, e que os anos que
334 esteve à frente de Superintendência da ANA lhe deu amplas condições para
335 desempenhar o seu papel na CTIL, não havendo exigência de que os componentes
336 da mesma tenham que ser advogados. Disse ainda, que a Sra. Martha Sugai foi
337 assessorada pela advogada Carla Martini da COPEL. Com respeito à Resolução nº
338 37 CNRH, disse que quando os Planos de recursos hídricos estiverem
339 disponibilizados, a implantação de barragens em corpos d’água deve estar
340 compatibilizada com os desejos dos Comitês. A seguir o Presidente LINDSLEY DA
341 SILVA RASCA RODRIGUES colocou em votação a aprovação ou rejeição do
342 Parecer da CTIL, que foi aprovado com dois votos contrários (Conselheiros Rafael
343 Filippin e Leo de Freitas) e uma abstenção (Conselheiro Reinaldo José Rodrigues
344 dos Santos). Na seqüência passou ao **décimo segundo item de pauta – aprovação
345 de Moção referente ao incremento do quadro de pessoal do órgão gestor de
346 recursos hídricos, bem como o direcionamento de recursos financeiros para a
347 elaboração de Planos de Recursos Hídricos**. Comentou que pelo fato de diversos
348 Estados da Federação estarem com pendências no CAUC (Cadastro Único de
349 Convênio), a ANA está propondo que ao invés de repassar recursos aos Estados
350 para a elaboração de Planos de recursos hídricos, a própria ANA contrataria esses

351 Planos. A seguir fez a leitura da minuta de Moção (**vide anexo 1**), e propôs que a
352 Moção mencionasse que o incremento do quadro se desse por concurso público. O
353 Conselheiro DARCY DEITOS propôs a inclusão de um parágrafo nesta Moção,
354 propondo que o Governador autorize a prorrogação do contrato dos servidores
355 temporários, imprescindíveis à SUDERHSA, na continuidade da implementação da
356 gestão de recursos hídricos em nosso Estado, até que se efetue Concurso Público.
357 Essa solicitação de inclusão se deve ao fato de que estes servidores estão
358 diretamente envolvidos na elaboração dos Planos de Bacia, que deverão ser
359 concluídos para que efetivamente se inicie a cobrança pelo uso da água. O
360 Conselheiro RAFAEL FILIPPIN questionou porque a cobrança depende do Plano de
361 Bacia, e o mesmo não é válido para a outorga de uso dos recursos hídricos, em
362 especial para grandes empreendimentos hidráulicos. A Conselheira HELOISA BOT
363 BORGES da PGE disse entender que seria mais adequado votar a versão original
364 para não causar uma polêmica jurídica, e que a Moção teria como objetivo exercer
365 uma pressão no sentido de que não se paralise os trabalhos em andamento, o que
366 foi endossado pelo Conselheiro WILSON BLEY LIPSKI da SEDU. O Presidente do
367 CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, concordou que a redação
368 proposta dava a impressão de que o Governador não quer autorizar a prorrogação
369 dos contratos temporários, e, portanto, sugeriu que se aprovasse a Moção com a
370 inclusão da seguinte redação “ao Governador do Estado do Paraná para que se
371 estude a possibilidade de se prorrogar o contrato dos servidores temporários,
372 imprescindíveis à SUDERHSA na continuidade da implementação da gestão de
373 recursos hídricos em nosso Estado, até que se efetue Concurso Público”, o que foi
374 colocado em votação e aprovado com um voto contrário. A seguir passou ao **décimo**
375 **terceiro item de pauta – apresentação das condicionantes constantes do**
376 **licenciamento da Usina Hidrelétrica de Mauá**, e solicitou que a Sra. NOEME
377 MOREIRA DE OLIVEIRA do IAP fizesse a apresentação dessas condicionantes, que
378 foram encaminhadas aos Conselheiros, e que comentasse quantas já foram
379 cumpridas, quantas foram analisadas e quantas ainda estão pendentes, para que os
380 Conselheiros tivessem condições de fazer uma avaliação do processo. A mesma
381 esclareceu que o licenciamento da Usina de Mauá está com uma ação civil
382 promovida pelo Ministério Público Federal. Mencionou que o IAP exigiu o estudo
383 integrado da Bacia do Rio Tibagi, que a EPE ficou de elaborar, e que somente agora
384 a mesma conseguiu licitar este estudo, mas que o IAP não tem notícias a respeito.
385 Disse que a COPEL apresentou as complementações solicitadas, inclusive o
386 cadastro sócio-econômico das famílias que serão atingidas, que foi condicionada à
387 aprovação da FUNAI, que ainda não se pronunciou. Esclareceu que são estas duas
388 questões que estão pendentes, da FUNAI e da EPE, e que as demais condicionantes
389 foram atendidas e encaminhadas ao Ministério Público Federal. O Conselheiro
390 RAFAEL FILIPPIN disse da satisfação de contar com a presença da técnica do IAP e
391 questionou a Sra. Noeme Moreira de Oliveira sobre os estudos apresentados pela
392 COPEL que relacionam as pessoas atingidas pela construção da Usina, no entanto,
393 sem maiores informações sobre o que iria acontecer com as mesmas, sem uma
394 mensuração do tamanho do estrago social que o empreendimento pode causar.
395 Disse também que no cadastro da COPEL, constante do site da empresa, existe uma
396 defasagem de pelo menos cento e poucas famílias que não foram contempladas.
397 Disse ter solicitado que o ITCG (Instituto de Terras Cartografia e Geociências)
398 intercedesse no processo, órgão que entende de reassentamentos, e comentou que
399 levaria o assunto à Comissão da Assembléia Legislativa que acompanha as
400 discussões de empreendimentos hidrelétricos. Disse que enquanto não sair o

401 resultado da licitação da EPE, que foi aberto no dia 24 de janeiro, o licenciamento
402 está paralisado por ordem do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Sra.
403 NOEME MOREIRA DE OLIVEIRA concordou que o impacto de Usinas Hidrelétricas
404 é muito mais cultural e psicossocial do que econômico, e afirmou que ainda não
405 foram feitos estudos de valoração das propriedades. Por solicitação do Conselheiro
406 da COPEL, o Sr. GILMAR SCHWANKA, mencionou que as informações que foram
407 entregues ao IAP são as que constam no site da COPEL, e que foram protocoladas
408 junto ao IAP. Comentou que foi feito um levantamento de 378 famílias que ocupam o
409 reservatório, que foi entregue ao Ministério Público Federal. Disse que ainda deverão
410 ser aprimorados os critérios de definição de valores para indenização, quem será
411 assentado, tamanho de área, e que será feito um cadastro fundiário de todas as
412 propriedades. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN questionou o fato dos
413 empreendedores terem iniciado a aquisição de algumas áreas na região, mesmo
414 sem um estudo mais aprofundado. Estranhou que a Resolução da ANEEL que
415 regulamenta os procedimento pelo qual os cadastros, levantamentos e
416 desapropriações devem se dar não está sendo seguida, e mesmo assim a ANEEL
417 autorizou o início das desapropriações, sem sequer saber a dimensão desse passivo
418 social e ambiental. Sugeriu que o processo de aquisição aguardasse a licença de
419 instalação. O Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES salientou que
420 no item 70 da licença ambiental foi solicitado um rebaixamento de aproximadamente
421 20 metros do nível de água, reduzindo em 15.5% a área do reservatório e em 9,8% a
422 potência instalada, assunto que envolveu uma discussão com a ANA e com o MME,
423 e afirmou que é possível minimizar muito os impactos ambientais, sem grande perda
424 de energia. Mencionou ainda que a audiência que foi feita para apresentar à
425 população o resultado das condicionantes pedidas não faz parte do licenciamento
426 ambiental, e que a licença prévia não permite nenhuma ação sobre o perímetro do
427 licenciamento. A Sra. NOEME MOREIRA DE OLIVEIRA do IAP reforçou que a
428 Licença Prévia apenas aprova o local do empreendimento, no caso, o eixo e a cota, e
429 que enquanto não se obtém a Licença de Instalação, não se pode dar início às obras.
430 O Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL disse que a reunião ocorrida em
431 Ortigueira tinha sido uma reunião tensa, entretanto, conduzidas com toda a
432 competência das equipes que foram designadas para fazer esse trabalho. Disse que
433 o trabalho de negociação faz parte de um empreendimento desse porte, que exige
434 planejamento e também o conhecimento da amplitude dos gastos. O Conselheiro
435 RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental solicitou esclarecimentos sobre a escolha do
436 grupo de empresas lideradas pela empreiteira J.Malucelli para a construção da Usina
437 Hidrelétrica de Mauá. Comentou que o líder de governo na Assembléia Legislativa,
438 Deputado Cláudio Romanelli havia questionado a competência do grupo J. Malucelli
439 na condução dos trabalhos. Disse que anteriormente o Consórcio Energético
440 Cruzeiro do Sul, composto pela COPEL e ELETROSUL, argumentaram que o grupo
441 foi escolhido em virtude de possuir em seus quadros de funcionários profissionais
442 que haviam participado de obras do porte de Mauá, entre as quais foi elencada a
443 Usina de Espora. Como esta Usina rompeu num passado recente em consequência
444 de um evento climático extremo, perguntou se o grupo continuava gozando do
445 apreço e competência que lhe havia sido conferido. O Conselheiro RAUL MUNHOZ
446 NETO esclareceu que a seleção da empreiteira seguiu as recomendações da Lei nº
447 8666/94, e que a empresa conta com um grupo de engenheiros do mais alto nível
448 técnico. Questionado pelo Presidente se estes técnicos são os mesmos que
449 construíram a Usina de Espora, o mesmo disse que existe uma comissão contratada
450 pela empresa Espora Energética S/A para esclarecer o incidente, e que seria uma

451 leviandade da sua parte dizer se a responsabilidade foi da construção, do projeto, da
452 operação da usina ou algum outro motivo. Passando ao **décimo quarto item de**
453 **pauta – aprovação da Mesa Diretora Provisória do Comitê das Bacias do**
454 **Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2**, o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA
455 RODRIGUES disse ter recebido esta solicitação de inclusão de pauta, subscrito por
456 três setores usuários de recursos hídricos, nominou os técnicos constantes da
457 proposta de Mesa, que foi aprovado por unanimidade. A seguir, no **décimo quinto**
458 **item de pauta – aprovação de grupo de trabalho de acompanhamento das**
459 **ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos**, o Presidente do CERH/PR,
460 LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES propôs que a criação da mesma fosse
461 discutida na próxima reunião do Conselho. Passando ao **décimo sexto item de**
462 **pauta - Assuntos Gerais**, o Presidente LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
463 informou que foi encaminhada à Casa Civil, para apreciação do Governador, uma
464 proposta de criação do Instituto Paranaense das Águas, em substituição à
465 SUDERHSA, eliminando algumas atividades atualmente executadas, direcionando o
466 Instituto para a gestão das águas. Disse que neste Instituto estaria também sendo
467 criada uma Diretoria de Regulação do setor de saneamento, que possa regular as
468 concessões de água dos municípios, conforme previsto na nova Lei de Saneamento.
469 Na seqüência, solicitou que a Eng^a CARLA MITTELSTAEDT, coordenadora
470 executiva do Plano Estadual de Recursos Hídricos, fizesse o relato do andamento do
471 referido Plano. A mesma informou que a primeira fase do Plano, que trata do
472 diagnóstico, composto por oito relatórios, já foi concluída. Desses, seis relatórios
473 (regionalização da gestão, monitoramento dos recursos hídricos, disponibilidades
474 hídricas das águas subterrâneas, rede de monitoramento das águas subterrâneas,
475 rede de monitoramento de águas superficiais, uso do solo e eventos críticos) já estão
476 sendo analisadas pela Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano e pelas
477 Instituições parceiras. Os dois restantes (Dinâmica Social e Balanço Hídricos) já se
478 encontram em análise na SUDERHSA e na seqüência serão encaminhadas à
479 Câmara Técnica, para posterior encaminhamento e aprovação pelo Conselho
480 Estadual de Recursos Hídricos. Comentou que, com relação à segunda etapa do
481 Plano, já foram iniciados os estudos de cenários alternativos, e que em julho estes
482 relatórios estariam sendo apresentados à Sociedade paranaense, e que a
483 consolidação do Plano estaria concluída até novembro de 2008. O Conselheiro
484 DARCY DEITOS da SUDERHSA solicitou o registro em ata do brilhante trabalho feito
485 pelo Sr. Gabriel Gino Almeida frente à jurídica da SUDERHSA, qualificando-o como
486 profissional altamente qualificado e sério, e que mesmo se desvinculando da
487 instituição para exercer funções junto ao IBAMA, o mesmo se dispôs a colaborar
488 nesta reunião. O Conselheiro WILSON BLEY LIPSKI da SEDU mencionou que a
489 Secretaria está fazendo alterações no Decreto que regulamenta o Conselho Estadual
490 das Cidades, visando a criação de grupo técnico para que haja compatibilidade com
491 as instruções da SEMA e SUDERHSA nos Planos Municipais de recursos hídricos. O
492 Conselheiro CLÁUDIO PALOZZI, da Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, solicitou
493 encaminhamentos possíveis para instituir o Comitê das Bacias do Piquiri e Paraná 2,
494 na qual ele e o Prefeito de Moreira Sales poderiam contribuir, e lembrou que na
495 região existe o CORIPA, Consórcio Intermunicipal criado para promover a
496 preservação ambiental do Parque Nacional de Ilha Grande, que dispõe de equipe
497 técnica para fazer os Planos Municipais de recursos hídricos, bem como os de
498 arborização e os de resíduos sólidos. A seguir o Presidente do CERH/PR, LINDSLEY
499 DA SILVA RASCA RODRIGUES, informou que a Assembléia Legislativa aprovou
500 uma Lei instituindo o consórcio de resíduos sólidos nas regiões metropolitanas

501 estimulando uma gestão compartilhada destes resíduos, o que poderia ser uma
502 solução para os demais municípios, visto que, atualmente, tanto a nível estadual,
503 como a nível federal, grande parte dos aterros sanitários implantados nos municípios
504 tornaram-se novamente lixões. Mencionou ainda, Decreto Federal que estimula a
505 compostagem em municípios com até seis mil habitantes, e que estes assuntos
506 estão sendo levados ao conhecimento dos municípios. Sem mais assuntos a tratar, o
507 Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, passou ao
508 **último item da pauta – encerramento**, agradecendo a presença de todos e dando
509 por encerrada a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
510 da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR,
511 lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos 10 dias de abril de 2008.

512 De acordo

513 Curitiba, 17 de fevereiro de 2009

514

515

516

517

518

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos